



**MEMO Nº 277/2024-DAM/SEFAZ**

Protocolo nº 202404200133

Parauapebas/PA, 12 de junho de 2024.

**DE:** Departamento de Arrecadação Municipal – DAM

**PARA:** Procuradoria Geral do Município - PGM ✕  
Dr. Thiago Carvalho de Pinho

**PARA:** Procuradoria Fiscal - PF  
Sra. Quésia Siney G. Lustosa

Senhor (a) Procurador (a),

Em atenção ao Memorando nº 1638/2024-PGM, bem como ao Ofício nº 161/2024-DIR.LEG/CMP, encaminhamos a Vossa Senhoria, em anexo, para apreciação a manifestação do Departamento de Arrecadação Municipal - DAM referente ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, de autoria da Vereadora Eliene Soares, que trata da restituição de tributo recolhido em duplicidade. Na oportunidade, encaminhamos, também em anexo, cópia da Portaria Interna nº 001/2021, de 27 de setembro de 2021.

Respeitosamente,

**Artur Carvalho Ferreira**  
Diretor de Arrecadação Municipal  
Decreto nº 525/2024

PROCURADORIA GERAL  
RECEBEMOS EM  
12/06/24 ÀS 10:43  
PROCED. ADM. Nº 509/24  
Jaane  
ASSINATURA

**DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL – DAM/SEFAZ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202404200133**

**MANIFESTAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR Nº 001/2024 - RESTITUIÇÃO DE  
TRIBUTOS RECOLHIDOS EM DUPLICIDADE**

Em atenção ao Memo. nº 1638/2024-PGM e ao Ofício nº 161/2024-DIR.LEG/CMP, que encaminhou para análise o Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, de autoria da Vereadora Eliene Soares, o Departamento de Arrecadação Municipal - DAM apresenta a seguinte manifestação:

Inicialmente, parabenizamos a Vereadora Eliene Soares pela iniciativa do Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, que visa aumentar a eficiência e celeridade na administração tributária, beneficiando os contribuintes e reduzindo burocracias. A proposta de simplificação e agilidade na restituição de tributos pagos em duplicidade é louvável e merece reconhecimento.

O projeto propõe a inclusão do §2º ao art. 510 do Código Tributário Municipal (CTM) de Parauapebas, estabelecendo um prazo de 30 dias para a restituição de tributos recolhidos em duplicidade. A redação sugerida é a seguinte:

**Projeto de Lei Complementar nº 001/2024:**

Art. 1º Fica incluído o parágrafo 2º no art. 510 da Lei Complementar nº 23, de 30 de dezembro de 2020, que institui o Código Tributário Municipal, com a seguinte redação:

§2º O prazo para restituição de crédito tributário pago em duplicidade será de 30 dias.

Art. 2º O Poder Executivo editará os atos necessários para adequar as regulamentações anteriores ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O art. 510 do CTM trata da restituição de tributos, porém, não especifica prazos detalhados para a devolução de tributos pagos indevidamente ou em duplicidade. A inclusão do §2º, estipulando um prazo de 30 dias, visa dar celeridade ao processo de restituição, no entanto, é necessário considerar os seguintes pontos:

**Art. 510.** Transitada em julgado, a decisão favorável ao contribuinte, responsável, autuado, o processo será remetido ao setor competente para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos, bem como liberação das importâncias depositadas, se houver.





Atualmente o art. 510 do CTM não possui parágrafos. Portanto, para incluir o §2º, seria necessário primeiramente criar um §1º, o que sugere a necessidade de uma reestruturação do texto legal para garantir coesão e clareza.

Ademais, o CTM já prevê prazos para a restituição de tributos em suas disposições sobre impugnação e julgamento, tanto em primeira quanto em segunda instância. Vejamos:

**Art. 501 (Impugnação e Julgamento em Primeira Instância):**

O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

**Parágrafo único:** Sendo devido o crédito tributário, a importância depositada será automaticamente convertida em renda.

**Art. 507 (Recurso e Julgamento em Segunda Instância):**

O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

Portanto, tanto em primeira quanto em segunda instância, o prazo para restituição já está estabelecido em 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que reconhece o direito à restituição.

O Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, ao propor a inclusão do §2º ao art. 510 do CTM, necessita de ajustes estruturais e de compatibilidade com os procedimentos administrativos vigentes.

Sugere-se uma revisão e reestruturação do texto legal, considerando a existência de prazos já estabelecidos no CTM para garantir uma integração harmoniosa e prática das novas disposições.

Parauapebas, 10 de junho de 2024.

Atenciosamente,

LEANDRO FONTANA  
NEVES:05547538396

Assinado de forma digital por  
LEANDRO FONTANA  
NEVES:05547538396  
Dados: 2024.06.12 09:32:19  
-03'00'

**Leandro Fontana Neves**  
Assessor jurídico de Procurador – PGM  
Decreto 160/2020  
Departamento de Arrecadação Municipal – DAM/SEFAZ

## PORTARIA INTERNA Nº 001/2021 – DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

REGULAMENTA E INSTITUI PRAZOS E PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS POR ESTE DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL. TRANSPARÊNCIA ÀS TRAMITAÇÕES DOS ATOS PROCEDIMENTAIS. DIREITOS E DEVERES DOS CONTRIBUINTE E DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.

**ARTUR CARVALHO FERREIRA**, Coordenador do Departamento de Arrecadação Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere, art. 3º, anexo I, da Lei nº 4.632 de 28 de dezembro de 2015.

**Considerando**, a necessidade de readequação e regulamentação dos prazos internos necessários a elucidação e conclusão dos atos administrativos, deste Departamento de Arrecadação Municipal.

**Considerando**, a obrigatoriedade da transparência das tramitações dos Processos Administrativos Tributários, em que tenha o contribuinte a condição de interessado.

**Considerando**, a necessidade de adequação e regulamentação das normas básicas sobre o Processos Administrativos, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

**Considerando**, a obrigatoriedade da tramitação processual interna do Departamento de Arrecadação Municipal.



**Considerando**, também, as disposições inseridas na Lei Complementar nº 023 de dezembro de 2020, que inseriu direitos e deveres aos contribuintes e Administração fazendária.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Estabelecer o fluxograma dos Processos Administrativos deste Departamento de Arrecadação Municipal, o qual terão início junto ao Setor de Atendimento e Protocolo e serão **OBRIGATORIAMENTE** encaminhados ao Setor Administrativo, para que proceda com as devidas distribuições dos processos aos setores competentes, conforme detalhado no Anexo I desta Portaria.

**Art. 2º** – Instituir prazos internos para apreciação e conclusão das demandas envolvidas a cada setor competente de acordo com o Anexo II desta Portaria.

**Parágrafo Único:** O prazo a que se refere o caput do artigo é contado mediante a entrega da documentação correta e completa. Caso haja pendências, o prazo não será contado até a resolução da mesma.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos para fatos geradores a partir de 27 de setembro de 2021.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**CUMPRASE.**

**Artur Carvalho Ferreira**

Coordenador de Arrecadação Municipal

Decreto nº 174/2020



PARAUAPEBAS

dam

ANEXO II

| SETOR        | PROCEDIMENTOS                                                                                                                              | PRAZO             |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| ATENDIMENTO  | PROTOCOLO DE PETIÇÕES DIVERSAS                                                                                                             | IMEDIATO          |
|              | EMIÇÃO DO BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO - ESPELHO IMOBILIÁRIO, GUIA/BOLETO, DEMONSTRATIVO DE DÉBITOS, CND - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS | IMEDIATO          |
|              | TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE IPTU (INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA)                                                                              | EM ATÉ 1 DIA ÚTIL |
|              | EMIÇÃO DE TAXA DE LAUDO DE ALINHAMENTO E DEMARCAÇÃO                                                                                        | IMEDIATO          |
|              | DEFERIMENTO DO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA NA PLATAFORMA NFSD E PERMISSÃO PARA A EMIÇÃO DE NOTA FISCAL AVULSA                                | EM ATÉ 1 DIA ÚTIL |
| FISCALIZAÇÃO | CERTIDÃO /ANÁLISE                                                                                                                          | 5 DIAS            |
|              | ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS /ANÁLISE                                                                                                    | 5 DIAS            |
|              | RESTIT/RESSARC/COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS- SOLICITAÇÃO DE LICENÇAS/ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS                                                        | 7 DIAS            |
|              | CANCELAMENTO DE DÉBITOS                                                                                                                    | 5 DIAS            |
|              | SOL. ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS                                                                                                         | 2 DIAS            |
|              | ALTERAÇÃO FORMA DE TRIBUTAÇÃO EM NF                                                                                                        | 3 DIAS            |
|              | PARALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL (ANÁLISE DE PROCESSO)                                                                                   | 7 DIAS            |
|              | BAIXA DE DÉBITOS (ANÁLISE DO PROCESSO)                                                                                                     | 5 DIAS            |
|              | IMPUGNAÇÃO (ANÁLISE DO PROCESSO)                                                                                                           | 5 DIAS            |
|              | COMUNICADO DE OPTANTE SIMPLES NACIONAL                                                                                                     | 3 DIAS            |
|              | CANCELAMENTO DE NOTAS FISCAIS (ANÁLISE DO PROCESSO)                                                                                        | 5 DIAS            |
|              | IMUNIDADE TRIBUTÁRIA (ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO)                                                                                              | 5 DIAS            |
|              | CONSULTAS(LEI, LEGISLAÇÃO)                                                                                                                 | 2 DIAS            |
|              | CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS                                                                                                               | 1 DIA             |
|              | CANCELAMENTO DE NOTAS FISCAL AVULSA                                                                                                        | 1 DIA             |
|              | CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS                                                                                                               | 1 DIA             |
|              | SOL. DE ISENÇÃO DE JUROS DO TRIBUTOS                                                                                                       | 5 DIAS            |
|              | ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO DIGITAL (DTD)                                                                                            | 2 DIAS            |
|              | ANÁLISE OU CONSULTA DE DÉBITOS                                                                                                             | 1 DIA             |
|              | CONSULTA DE DÉBITOS                                                                                                                        | 2 DIAS            |



| SETOR              | PROCEDIMENTOS                                                                                                                                       | PRAZO                    |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| CADASTRO           | CONSTITUIÇÃO - EMPRESA DIGITAL - CONSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO, ALTERAÇÃO ENTRE ESTADOS E ALTERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS DO MESMO ESTADO                    | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | ALTERAÇÃO - EMPRESA DIGITAL                                                                                                                         | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO                                                                                                                  | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS         |
|                    | ATIVIDADES, CAPITAL, RAZÃO SOCIAL, QUADRO SOCIETÁRIO, NATUREZA JURÍDICA E PORTE                                                                     | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | RENOVAÇÃO - EMPRESA DIGITAL                                                                                                                         | ATÉ 90 DIAS ÚTEIS        |
|                    | ANÁLISE DE PROCESSOS FÍSICOS                                                                                                                        | 2 DIAS ÚTEIS             |
|                    | ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, CORREÇÃO DDE, ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (NFSO), ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRALIS NO NFSO, TERRA E ED | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRALIS NO NFSO                                                                                                            | IMEDIATO                 |
|                    | SUPORTE AOS SERVIDORES                                                                                                                              | IMEDIATO                 |
|                    | ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE VIA CELULAR                                                                                                             | IMEDIATO                 |
|                    | ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE VIA TELEFONE TIRANDO DÚVIDAS NO ACESSO AO SISTEMA - ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS E PREENCHIMENTO DE DDE                  | IMEDIATO                 |
|                    | ATENDIMENTO VIA EMAIL                                                                                                                               | IMEDIATO                 |
| PRIMEIRA INSTÂNCIA | IMPUGNAÇÃO                                                                                                                                          | 30 DIAS                  |
|                    | RESTITUIÇÃO                                                                                                                                         | 30 DIAS                  |
|                    | IMUNIDADE/ISENÇÃO                                                                                                                                   | 30 DIAS                  |
|                    | CANCELAMENTO DE NF                                                                                                                                  | 10 DIAS                  |
|                    | PARCELAMENTOS                                                                                                                                       | 10 DIAS                  |
|                    | CANCELAMENTO DE GUIAS                                                                                                                               | 05 DIAS                  |
| JURÍDICO           | ANÁLISE DE PROCESSOS                                                                                                                                | 20 DIAS ÚTEIS            |
|                    | EMISSION DE PARECER                                                                                                                                 | 10 DIAS ÚTEIS            |
| ADMINISTRATIVO     | EXPEDIÇÕES DE DOCUMENTOS OFICIAIS                                                                                                                   | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS         |
|                    | PROCESSOS ADMINISTRATIVOS                                                                                                                           | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | CONTROLE DE ALMOXARIFADO                                                                                                                            | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | CONTROLE PATRIMONIAL                                                                                                                                | ATÉ 3 DIAS ÚTEIS         |
|                    | CONTROLE DOS VEÍCULOS                                                                                                                               | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | CONTROLE DO CORPO DE FUNCIONÁRIOS                                                                                                                   | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | GESTÃO DO SISTEMA DE FOLHA DE PONTO ELETRONICA                                                                                                      | ATÉ 30 DIAS ÚTEIS        |
|                    | GESTÃO DOS E-MAILS CORPORATIVOS                                                                                                                     | ATÉ 2 DIAS ÚTEIS         |
|                    | MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (CENTRAIS DE AR E IMPRESSORAS LOCADAS)                                                                                  | DE ACORDO COM O CONTRATO |
|                    | DESPACHO PARA INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA                                                                                                             | 3 DIAS                   |
|                    | DESPACHO DE PRESCRIÇÃO                                                                                                                              | 4 DIAS                   |
|                    | DEPARTAMENTO PESSOAL/RECURSOS HUMANOS                                                                                                               | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS         |



| SETOR       | PROCEDIMENTOS                                        | PRAZO            |
|-------------|------------------------------------------------------|------------------|
| IMOBILIÁRIO | NUMERAÇÃO PREDIAL - NÚMERO DEFINIDO                  | IMEDIATO         |
|             | NUMERAÇÃO PREDIAL NÚMERO INDEFINIDO                  | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | ALTERAÇÃO DE SUJEITO PASSIVO                         | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | INSCRIÇÃO                                            | ATÉ 3 DIAS ÚTEIS |
|             | ATUALIZAÇÃO DE DADOS DO VALOR VENAL DO IMÓVEL        | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | EMIÇÃO DO ITBI URBANO                                | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | DESMEMBRAMENTO DA INSCRIÇÃO                          | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | REMEMBRAMENTO DE INSCRIÇÃO                           | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO - IPTU                     | 10 DIAS ÚTEIS    |
|             | RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE - IPTU                   | 10 DIAS ÚTEIS    |
|             | IMPUGNAÇÃO (RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO) - IPTU     | 10 DIAS ÚTEIS    |
|             | PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - IPTU                         | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE VALORES A RESTITUIR - IPTU | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | PARCELAMENTO IPTU                                    | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO ITBI                       | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE - ITBI                   | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - ITBI                         | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | EMIÇÃO DE PARECER FISCAL DE PRESCRIÇÃO               | 10 DIAS ÚTEIS    |
|             | PARCELAMENTO                                         | ATÉ 7 DIAS ÚTEIS |
|             | IMÓVEL URBANO - ITBI                                 | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |
|             | IMÓVEL RURAL - ITBI                                  | ATÉ 5 DIAS ÚTEIS |

•







PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA FISCAL



**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 039/2024/PF/PGM**

**REFERÊNCIA:** Memo nº 1638/2024-PGM

**SOLICITANTE:** Procuradoria Geral do Município-PGM

**ASSUNTO:** Pedido de manifestação quanto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, que “institui prazo para a restituição de tributo recolhido em duplicidade no âmbito do Município de Parauapebas”.

Senhora Procuradora-Chefe da Procuradoria Fiscal,

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 001/2024, que “institui prazo para a restituição de tributo recolhido em duplicidade no âmbito do Município de Parauapebas”.

O referido projeto de lei foi apresentado em 11/03/2024 e, após tramitação regular, foi aprovado no plenário da Câmara Municipal em 04/06/2024.

Em síntese, é o relatório.

Dessa forma, passamos a analisar o mérito. Ao avaliar o projeto de lei complementar, constata-se a inclusão do parágrafo 2º ao art. 510 do Código Tributário de Parauapebas, senão vejamos:

§2º O prazo para restituição de crédito tributário pago em duplicidade será de 30 dias.

Inicialmente cabe frisar que há erro material quanto a presente inclusão, pois o artigo 510 do Código Tributário Municipal de Parauapebas/PA (CTM) não possui parágrafos, ou seja, a presente inclusão deveria ser adicionada como parágrafo único.

Art. 510. **Transitada em julgado**, a decisão favorável ao contribuinte, responsável, autuado, **o processo será remetido ao setor competente** para restituição dos tributos e penalidades porventura pagos, bem como



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA FISCAL

liberação das importâncias depositadas, se houver.<sup>1</sup>  
**(grifamos)**

Outro ponto a ser abordado é que esta inclusão é desnecessária, em virtude de tal norma já se encontrar devidamente estabelecida nos artigos 501 e 507 do CTM, constante do CAPÍTULO VI – Do Procedimento Administrativo Tributário, Seção II e III, respectivamente, conforme segue:

Art. 501. O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

[...]

Art. 507. O recorrente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.<sup>2</sup>

Nota-se, pela justificativa apresentada no Projeto de Lei Complementar, que o objetivo era estabelecer um procedimento simples com prazo razoável para a restituição de tributo pago em duplicidade, porém, o referido dispositivo não surtirá o efeito desejado porque tratou de pagamento indevido durante a tramitação do Processo Administrativo Tributário, conforme exposto anteriormente, a referida inclusão ficará subutilizada.

Entretanto, não há óbice legal para que a Administração Pública estabeleça, por meio de decreto, procedimento específico de pedido de restituição de tributos pagos em duplicidade, eis que está na seara regulamentadora do Poder Executivo.

<sup>1</sup> <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-parauapebas-pa>

<sup>2</sup> <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-parauapebas-pa>





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA FISCAL



Ante todo o exposto, **RECOMENDAMOS** que seja vetada a modificação do texto exposto, em virtude do erro material e da subutilização da norma, uma vez que tal preceito já está estabelecido nos artigos 501 e 507 do CTM.

Essas são as considerações que nos parecem pertinentes à consulta formulada, sem embargo de eventuais opiniões divergentes.

Parauapebas/PA, 12 de junho de 2024.

Assinado de forma digital por LEONARDO BARROS  
DINIZ:04093398305  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,  
ou=15555884000118, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=LEONARDO BARROS DINIZ:04093398305

Leonardo Barros Diniz

**Assessor Jurídico da Procuradoria Fiscal**

Decreto nº 101/2019

Aprovo o despacho supra em sua integralidade. À PGM para ciência e providências.

Em, 12 de junho de 2024.

Assinado de forma digital por QUESIA SINEY GONCALVES  
LUSTOSA:61518824234  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,  
ou=15555884000118, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=QUESIA SINEY GONCALVES LUSTOSA:61518824234

**Quésia Siney Gonçalves Lustosa**

Procuradora-Chefe da Procuradoria Fiscal